

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_, DE 2006**  
(Do Sr. Raul Jungmann)

*Requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle seja solicitado ao Tribunal de Contas da União inspeção extraordinária nos contratos referentes à aplicação de recursos oriundos da União relativos às denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de ambulâncias.*

Senho Presidente,

Nos termos do inciso IV, do artigo 71, da Constituição Federal, combinado com o inciso X, do artigo 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja solicitada ao TCU inspeção extraordinária nos contratos referentes à aplicação de recursos oriundos da União relativos às denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de ambulâncias.

### **JUSTIFICATIVA**

A “Operação Sanguessuga”, deflagrada pela Polícia Federal no início deste mês de maio, teve como objetivo desarticular uma quadrilha especializada em fraudes em licitações no setor da saúde. De acordo com as

investigações da Polícia Federal, a quadrilha agia desde 2001 e possui cerca de cinquenta pessoas envolvidas, dentre elas parlamentares e assessores de parlamentares desta Casa.

Conforme foi apurado até o momento, a organização criminosa negociava diretamente com os assessores de parlamentares a liberação de emendas individuais à Lei Orçamentária Anual para a destinação a Municípios específicos. Com esses recursos, a quadrilha manipulava licitações, utilizando, para tanto, de “empresas fantasmas”. Por esses instrumentos, os preços cobrados por essas empresas eram superfaturados em até 120%, segundo temos notícia. Ao todo, foram mais de mil ambulâncias de UTIs móveis negociadas com preços superfaturados, totalizando uma movimentação financeira da ordem de R\$ 110 milhões.

Nesse sentido, percebe-se que a saúde e o patrimônio públicos foram fortemente lesados por atos de ilicitude que, ao que tudo indica, envolve membros e funcionários dos diversos Poderes, inclusive do Legislativo.

Com a preocupação de investigar de forma profunda e detida, sempre com uma participação propositiva desta Casa, as denúncias de irregularidades que envolvem o patrimônio público e, principalmente, uma área precária e carente no Brasil como a saúde, contamos com o indispensável apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento no prazo mais curto possível.

Sala das Reuniões, em                      de maio de 2006.

**Deputado RAUL JUNGMAN**  
**PPS/PE**